

A ILHA QUE NÃO É MAIS ILHA:

trajetórias da paisagem no bairro Ilha de Santa Maria –
Vitória, ES

EIXO TEMÁTICO 02: Processos de Produção do Espaço Urbano

SANCHES Samira de Souza.

Doutoranda; Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo - PPGG/UFES
samira.sanches@edu.ufes.br

MENDONÇA, Eneida Maria Souza.

Professora Dra; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) e Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Espírito Santo.
eneidamendonca@gmail.com

RESUMO

O artigo analisa as trajetórias históricas da paisagem do bairro Ilha de Santa Maria, em Vitória (ES), com foco no processo pelo qual esse território deixou de apresentar uma configuração insular ao longo do século XX. Inserida na Baía de Vitória, a área era originalmente composta por elevações cercadas por manguezais, canais e extensas áreas alagáveis, cuja transformação foi impulsionada por sucessivas intervenções urbanas, especialmente por meio de aterros. A partir da abordagem de Augustin Berque, a análise é conduzida em três planos inter relacionados: natureza, sociedade e experiência. Metodologicamente, o estudo baseia-se na análise de cartografia histórica, fotografias e registros documentais, permitindo reconstruir o processo de transformação da paisagem entre o início do século XX e o ciclo mais intenso de aterros, ocorrido entre as décadas de 1950 e 1970. Os resultados evidenciam que a perda da condição insular decorre da articulação entre dinâmicas naturais, produção urbana de terra e formas de apropriação do espaço, resultando na redefinição das relações entre terra, água e modos de habitar. Por fim, sugerem-se caminhos para a compreensão das transformações da paisagem em contextos de urbanização em áreas costeiras.

Palavras-chave: paisagem; aterros; urbanização; Ilha de Santa Maria; Vitória/ES.

PENSAR FORA DO EIXO

ABSTRACT

The article analyzes the historical trajectories of the landscape of the Ilha de Santa Maria neighborhood, in Vitória (ES), focusing on the process through which this territory gradually lost its insular configuration over the course of the twentieth century. Located in Vitória Bay, the area was originally composed of elevations surrounded by mangroves, channels, and extensive floodplains, whose transformation was driven by successive urban interventions, particularly through land reclamation. Based on the approach of Augustin Berque, the analysis is conducted through three interrelated dimensions: nature, society, and experience. Methodologically, the study is based on the analysis of historical cartography, photographs, and documentary records, allowing the reconstruction of the landscape transformation process from the early twentieth century to the most intense phase of land reclamation, which occurred between the 1950s and 1970s. The results indicate that the loss of insularity results from the articulation between natural dynamics, urban land production, and forms of spatial appropriation, leading to a redefinition of the relationships between land, water, and ways of inhabiting. Finally, the study suggests pathways for understanding landscape transformations in contexts of urbanization in coastal areas

Keywords: landscape; land reclamation; urbanization; Ilha de Santa Maria; Vitória/ES

RESUMEN

El artículo analiza las trayectorias históricas del paisaje del barrio Ilha de Santa Maria, en Vitória (ES), con énfasis en el proceso mediante el cual este territorio dejó de presentar una configuración insular a lo largo del siglo XX. Ubicada en la Bahía de Vitória, el área estaba originalmente compuesta por elevaciones rodeadas de manglares, canales y extensas zonas inundables, cuya transformación fue impulsada por sucesivas intervenciones urbanas, especialmente a través de rellenos. A partir del enfoque de Augustin Berque, el análisis se desarrolla en tres planos interrelacionados: naturaleza, sociedad y experiencia. Metodológicamente, el estudio se basa en el análisis de cartografía histórica, fotografías y registros documentales, lo que permite reconstruir el proceso de transformación del paisaje desde comienzos del siglo XX hasta el período más intenso de rellenos, ocurrido entre las décadas de 1950 y 1970. Los resultados evidencian que la pérdida de la condición insular resulta de la articulación entre dinámicas naturales, producción urbana de suelo y formas de apropiación del espacio, dando lugar a una redefinición de las relaciones entre tierra, agua y modos de habitar. Finalmente, el estudio sugiere caminos para la comprensión de las transformaciones del paisaje en contextos de urbanización en áreas costeras.

Palabras clave: paisaje; rellenos; urbanización; Ilha de Santa Maria; Vitória/ES.

PENSAR FORA DO EIXO

INTRODUÇÃO

Uma mesma paisagem pode conter diferentes trajetórias históricas, dependendo dos elementos considerados em sua análise. Processos naturais, formas de ocupação, infraestruturas, práticas sociais e modos de percepção produzem temporalidades distintas que se sobrepõem e se transformam ao longo do tempo. Nesse sentido, a paisagem se constitui “no entrelaçamento dos seres e do meio” (Berque, 2023, p. 27), no qual diferentes dimensões passam, em momentos diversos, a desempenhar papel central em sua configuração. Essa perspectiva permite compreendê-la como um fenômeno dinâmico e multifacetado, que integra dimensões materiais e simbólicas, incluindo camadas históricas que envolvem processos naturais, transformações socioespaciais e modos de existência.

A análise das transformações históricas da paisagem constitui também uma forma de reativar o pensamento-paisagem, isto é, uma compreensão das relações entre seres humanos e meio que ultrapassa a separação entre natureza e sociedade:

Retraçar as ondas da história que permitem compreender uma paisagem, ou melhor ainda, compreender o que é a paisagem, é justamente o que, no acaso da modernidade, pode nos permitir imaginar o que é o pensamento-paisagem, porque precisamos dele e como nós, na condição de seres humanos na Terra, podemos reavivá-lo em nosso próprio interesse — para que o acaso da modernidade não seja simplesmente o da humanidade. (Berque, 2023, p. 23).

É nessa abordagem que se insere a investigação das trajetórias da paisagem do bairro Ilha de Santa Maria, em Vitória (ES), com foco no processo pelo qual este território gradualmente deixou de apresentar uma configuração insular ao longo do século XX. A partir de sucessivas intervenções urbanas, especialmente por meio de aterros, essa configuração foi profundamente modificada, alterando as relações entre terra e água e os sistemas de geração¹ que constituíam esta paisagem.

A análise é conduzida em três momentos complementares. Em um primeiro momento, procede-se à caracterização dos três níveis da vida de uma paisagem (Berque, 2023, p. 21): **o nível da natureza**, que envolve os processos físicos e ecológicos como a geologia, morfologia, relevo e os ciclos sazonais; **o nível da sociedade**, no qual se inscreve a história das atividades humanas, os usos do espaço e as transformações históricas decorrentes dessas práticas; e o nível da experiência

¹ Conceito desenvolvido por Latour ((2020, p.100), segundo o qual os sistemas de geração não procedem segundo a mesma noção de materialidade (do sistema de produção capitalista): “(...) ele não se interessa em produzir bens para os humanos a partir dos recursos, mas em *gerar* os terrestres - todos os terrestres, e não apenas os humanos.”

PENSAR FORA DO EIXO

e da representação, isto é, a relação estabelecida por aqueles que observam, vivem e interpretam essa paisagem por meio de narrativas, imagens e outras formas de registro. Em seguida, o presente artigo reúne apontamentos em direção a uma leitura integrada, fundada na compreensão da paisagem como unidade múltipla e processual, buscando apreender as articulações entre dinâmicas naturais, intervenções urbanas e práticas sociais ao longo do tempo.

No que se refere aos procedimentos de pesquisa, o estudo baseia-se na análise de cartografia histórica, fotografias, registros documentais, reportagens e outras fontes iconográficas. O recorte temporal concentra-se, no período compreendido entre as primeiras décadas do século XX e o ciclo mais intenso de intervenções de aterramento, ocorrido entre as décadas de 1950 e 1970, momento em que se consolidam as bases da configuração atual do bairro em análise.

A estrutura do artigo se apresenta da seguinte forma: a seção 1. *Aspectos históricos da urbanização da cidade de Vitória* apresenta o processo de formação urbana da capital, destacando, no subtítulo 1.1 *Aterros – apropriação antrópica da paisagem por meio do uso de elementos da natureza*, o papel dos aterros na transformação da paisagem e na expansão urbana. Na seção 2. *Da configuração insular à transição urbana*, o foco recai sobre a Ilha de Santa Maria como estudo de caso, abordando, em 2.1 *A configuração insular: bases naturais da paisagem*, em 2.2 *Ocupação, urbanização e supressão da paisagem insular*; e, em 2.3 *Experiências e representações da paisagem*, as formas de vivência, percepção e registro dessas transformações. Por fim, a seção 3. *Considerações finais: a paisagem como unidade múltipla entre natureza, sociedade e experiência* sintetiza os resultados da análise e aponta suas possíveis contribuições, propondo uma leitura integrada dessas dimensões e compreendendo a paisagem como resultado de sua articulação.

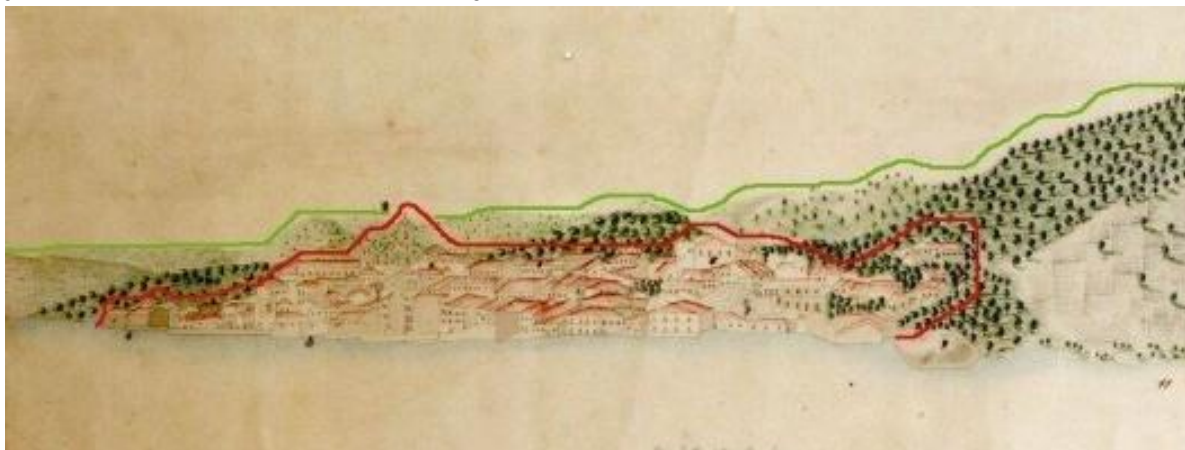
1. ASPECTOS HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO DA CIDADE DE VITÓRIA

Fundada em 1551, a cidade de Vitória consolidou-se como a segunda sede da capitania do Espírito Santo em um contexto marcado por preocupações defensivas em relação aos povos indígenas e pela necessidade de controle do território colonial, fatores que orientaram a escolha do sítio insular, associado à proteção natural proporcionada pela baía e às condições estratégicas de vigilância sobre o entorno (Casagrande, 2011, p. 25).

Prepondera, nessa escolha, a condição de local naturalmente protegido pelos afloramentos rochosos da baía e pela vegetação do Maciço Central, este também importante pela disponibilidade de mananciais provenientes de suas encostas (Monteiro, 2008, p. 80).

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 1: Silhueta da cidade de Vitória de 1767



Fonte: Base digital www.baiadevitoria.ufes.br. Facitec Ufes, Vitória, 2005 [Acervo do Arquivo Histórico do Exército.]

Até o final do século XIX, os desenhos da cidade e de sua paisagem acompanhavam de perto essas condições, ajustando-se à topografia acidentada e aos limites físicos impostos pelo meio (Figura 1). Nesse contexto, as barreiras naturais não apenas delimitavam a expansão urbana, como também organizavam as esparsas² formas de ocupação, resultando em uma configuração espacial diretamente vinculada às condições ambientais locais.

Quanto ao acesso e circulação, embora a cidade ainda não demonstrasse sinais expressivos de ocupação, na época do Império (1822-1889), o porto e as atividades de navegação já se apresentavam como fatores centrais para a vida na cidade:

A cidade de Vitória teve seu desenvolvimento inicial nas proximidades do porto. Junto ao porto, em terrenos conquistados com aterros, surgiram as primeiras ruas de comércio da cidade baixa, onde se instalaram os trapiches. Do lado da colina, voltado para o interior, havia algumas outras ruas ao redor de uma pequena enseada, aonde chegavam pequenas embarcações. Até o final do Império, as ruas estreitas, o porto desorganizado em trapiches, um simples cais de madeira, o trânsito de centenas de carroças e as epidemias marcaram o espaço urbano da capital capixaba, que mantinha um perfil tipicamente colonial. (Siqueira, 2010, p.572).

A consolidação de Vitória como núcleo urbano esteve diretamente associada ao desenvolvimento de suas funções portuárias. A implantação e posterior modernização das estruturas portuárias, sobretudo a partir do início do século XX (Figura 2), introduzem uma nova lógica na produção do

² “Observa-se, portanto, que mesmo essa ocupação rareada prioriza as áreas elevadas, seja no caso dos sitiantes, seja no caso das fazendas localizadas no percurso em direção ao continente, ao norte. A ocupação é pontual e esparsa, não constituindo um prolongamento da cidade. Esta não se altera, em termos de expansão, até o final do século XIX.” (Siqueira, 2011, p.38)

PENSAR FORA DO EIXO

espaço urbano, ao demandar melhorias nas condições de circulação, infraestrutura e saneamento. Assim, “o Porto de Vitória foi assumindo caráter cada vez mais proeminente no desenvolvimento econômico e político do Espírito Santo” (Santos, 2015, P. 166), apresentando função articuladora entre o interior produtor e os circuitos comerciais externos, inserindo-se de forma mais ativa nas redes econômicas nacionais e internacionais.

Figura 2. Construção dos primeiros armazéns do Porto de Vitória. Ao fundo morro do Penedo - 1929



Fonte: Foto de Rui Oliveira, biblioteca do Instituto Jones dos Santos Neves.

As intervenções associadas ao porto, como a abertura de vias, a regularização de áreas e os primeiros aterros, contribuem para a ampliação da área urbanizável e para a redefinição da relação entre a cidade e a linha d'água. Nessa nova dinâmica, o porto deixa de ser apenas um equipamento funcional e passa a atuar como elemento estruturador da urbanização, orientando a expansão da cidade, a localização de atividades econômicas e a própria transformação da paisagem costeira da baía de Vitória.

1.1 Aterros - apropriação antrópica da paisagem por meio do uso de elementos da natureza

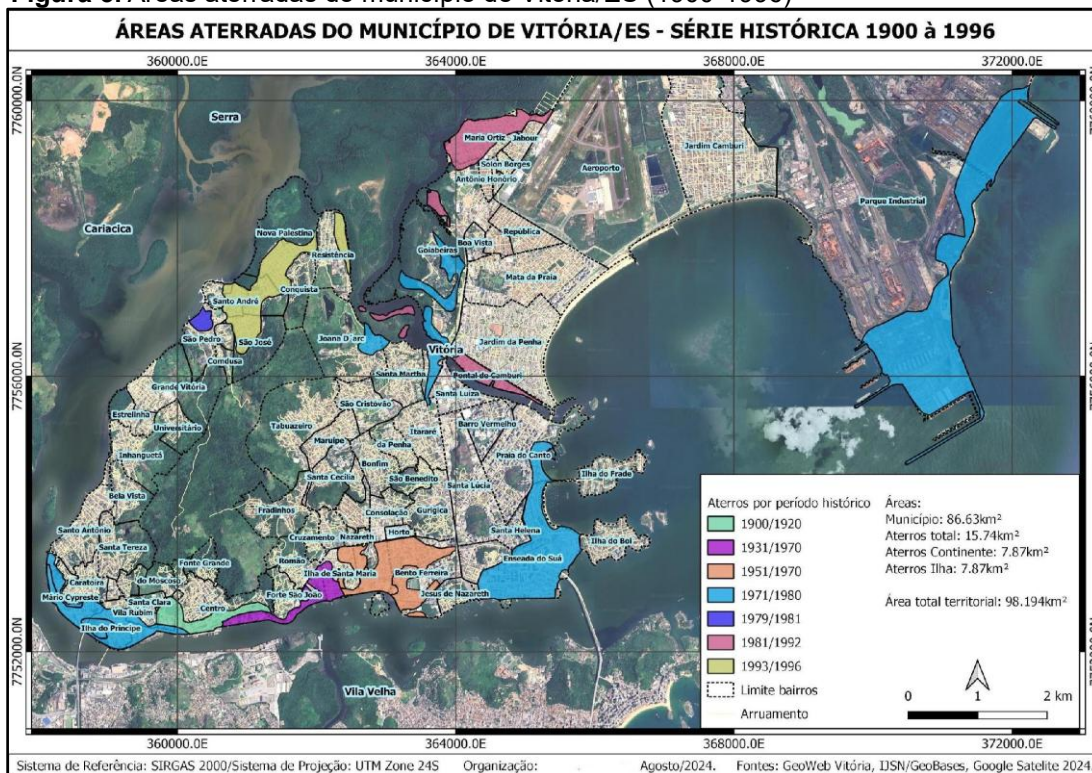
PENSAR FORA DO EIXO

Os aterros são empreendimentos constantes na história urbana de Vitória, tendo alterado o contorno natural, ampliando a área urbanizável e viabilizando a expansão urbana da capital. Numa perspectiva geográfica:

O processo de aterramentos, na perspectiva de transformações ambientais contemporâneas é oriundo do período técnico-científico-informacional (Santos; Silveira, 2001; Santos, 1996) caracterizado pela interconexão crescente de comunicações/informações, fluxo de pessoas, mercadorias e capital, surgindo a necessidade de buscar suprimir - também - o tempo e o espaço da cidade através da melhoria/expansão da circulação (rodoviária, aérea e marítima). (Coelho, 2017, p.762).

Diante disso, o ser humano desenvolve técnicas que fazem uso da natureza como recurso, transformando sua configuração original e moldando a paisagem conforme seus interesses. Nesse processo, ocorre tanto o descarte do que não é considerado “útil”, como a vegetação (e consequentemente o bioma do qual ela faz parte), e utiliza-se como material o que puder ser aproveitado (nesse caso terra, rochas e areia).

Figura 3. Áreas aterradas do município de Vitória/ES (1900-1996)



Fonte: elaboração própria, 2024.

Além de sua função na expansão da área edificável da cidade, os aterros eram também concebidos como medida saneadora, voltada à melhoria das condições de salubridade em áreas alagadas e de

PENSAR FORA DO EIXO

difícil acesso, em consonância com as tendências do urbanismo higienista que, posteriormente, passaram a orientar de forma mais incisiva os projetos urbanos na capital³. Boa parte dos bairros localizados na baía de Vitória apresenta, atualmente, uma configuração profundamente modificada pela ação dos aterros, que correspondem a cerca de 18,2% do território municipal (Figura 3).

Em algumas localidades, o objetivo era realizar o desmonte de pequenos morros⁴, utilizando o material extraído para o aterramento das áreas adjacentes. Na esteira deste processo, ocorre a descaracterização das formas e ecossistemas originais do arquipélago da cidade de Vitória, originalmente formado por 33 ilhas e uma parte continental (Tabela 1).

Tabela 1. Unidades fisiográficas descaracterizadas no processo histórico de alterações da Baía de Vitória e região do entorno.

³ ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. Peste e o plano: o urbanismo sanitário do engenheiro Saturnino de Brito. 1992. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

⁴ “(...) durante o governo de Jerônimo Monteiro (1908- 1912), estava previsto, nos Serviços de Melhoramentos de Vitória, o desmonte da Ilha de Santa Maria e de outras elevações menores, com a finalidade de que fossem aterrados os manguezais do entorno.” Passos, 2015, p.81.

PENSAR FORA DO EIXO

Unidade Fisiográfica Original	Caracterização Ambiental	Conversão	Referência Atual
Prainha	Ambiente praial (interior da Baía de Vitória)	Largo, Praça e vias públicas	Praça Costa Pereira
Capixaba	Ambiente praial (interior da Baía de Vitória)	Ambiente urbano	Esplanada Capixaba
Praia do Suá	Ambiente praial	Ambiente urbano	Capitania dos Portos (proximidades)
Praia de Santa Helena	Ambiente praial	Ambiente urbano	Capitania dos Portos (proximidades)
Praia Comprida	Ambiente praial	Praças e vias públicas	Praça dos Namorados
Prainha, de Vila Velha	Ambiente praial	Praça e vias públicas	EAMES
Ilha do Boi	Ilha e costões rochosos litorâneos	Incorporação à ilha de Vitória	Ilha do Boi (Bairro)
Ilha do Bode	Ilha e costões rochosos litorâneos	Incorporação à ilha de Vitória	Cabeceira Norte da 3ª Ponte
Ilha do Sururu	Ilha e costões rochosos litorâneos	Incorporação à ilha de Vitória	CPES
Ilha do Papagaio	Ilha e costões rochosos litorâneos	Incorporação à ilha de Vitória	Enseada do Suá (Bairro)
Ilhas Barbudo	Ilhas rochosas	Ambiente urbano	Enseada do Suá (Bairro)
Ilha da Porca	Ilha e costões rochosos litorâneos	Incorporação ao continente (sul)	EAMES
Ilha de Santa Maria	Ilha, ou morro, cercado por manguezais	Incorporação (definitiva) à ilha de Vitória: urbanização	Ilha de Santa Maria (Bairro)
Ilha do Príncipe	Ilha	Incorporação à ilha de Vitória	Ilha do Príncipe (Bairro)
Ilha das Caieiras	Ilha, ou morro, cercado por manguezais	Incorporação (definitiva) à ilha de Vitória: urbanização	Ilha das Caieiras (Bairros)
Pedreiras	Costões rochosos litorâneos	Ambiente urbano	Cidade Alta

Fonte: Nunes, 2005.

É nesse contexto mais amplo de transformação da cidade de Vitória que se insere o bairro da Ilha de Santa Maria. Localizado na Baía de Vitória, em área próxima ao Porto de Vitória, o bairro ocupa uma posição estratégica na paisagem da capital, cuja centralidade remonta ao período colonial e se projeta nos processos contemporâneos de organização urbana. Originalmente configurada como uma área insular, cercada por manguezais e superfícies alagáveis, a Ilha de Santa Maria passou

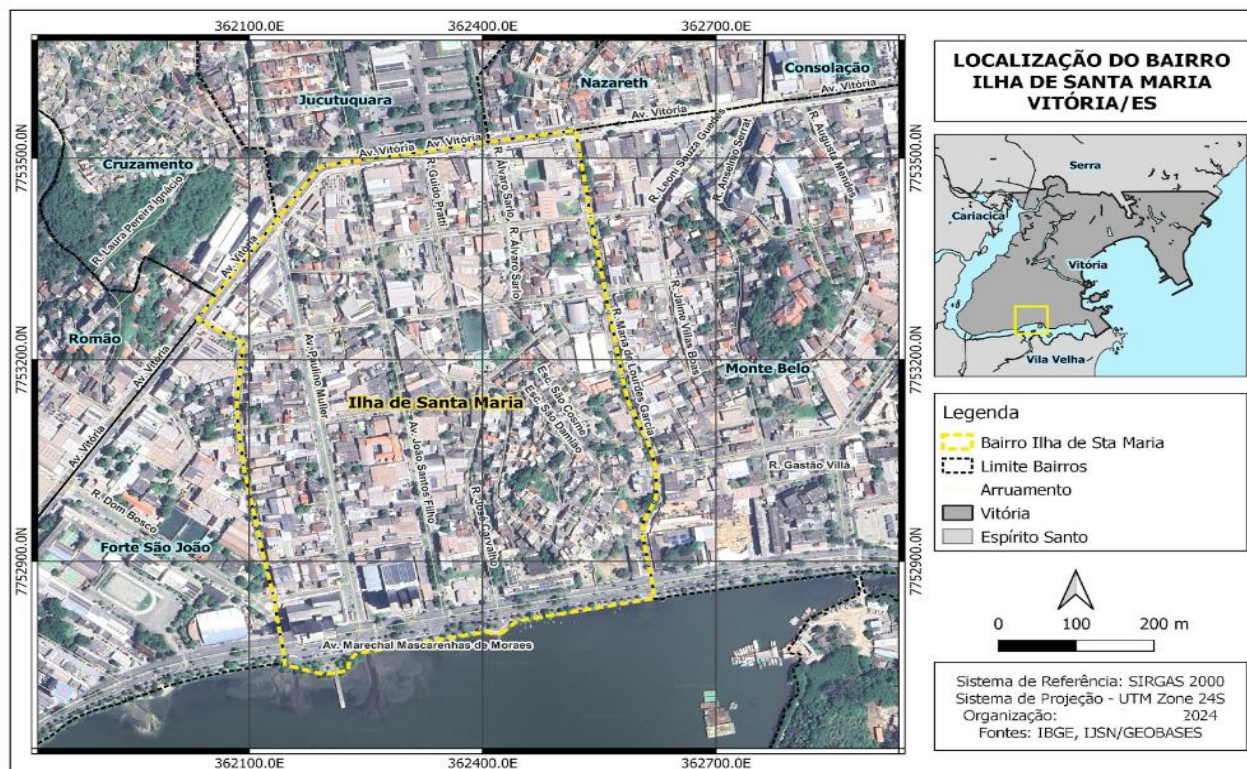
por progressivas intervenções que alteraram profundamente sua morfologia e sua relação com as águas.

Diante disso, o bairro configura-se como um campo particularmente relevante para a análise das trajetórias da paisagem, cuja aproximação permite compreender como diferentes processos e temporalidades se inscrevem na relação entre sociedade e meio, evidenciando como dinâmicas mais amplas se atualizam nas formas de ocupação, nas práticas e nas experiências que constituem a paisagem local.

2. DA CONFIGURAÇÃO INSULAR À TRANSIÇÃO URBANA

O bairro da Ilha de Santa Maria está situado na baía de Vitória - ES (Figura 4), região de ligação entre a porção leste da baía de Vitória e o Centro Histórico de Vitória, onde se origina o processo de urbanização da capital e sua posterior expansão, fortemente vinculada às atividades portuárias. Cerca de 86,68% da superfície do bairro é composta por áreas aterradas (Coelho, 2017), resultado de operações realizadas ao longo do século XX, que redefiniram completamente a relação do bairro com o mar, os manguezais e o seu caráter insular, modificando significativamente sua configuração espacial e as condições de ocupação do solo.

Figura 4: Configuração atual do bairro Ilha de Santa Maria, Vitória/ES.



Fonte: elaboração própria.

2.1 A configuração insular: bases naturais da paisagem

A configuração original da Ilha de Santa Maria insere-se no conjunto de formações insulares e áreas alagáveis que caracterizavam a paisagem da Baía de Vitória até meados do século XX. Nesse contexto, a ilha apresentava-se como uma elevação cercada por manguezais, canais e extensas áreas úmidas, compondo um sistema no qual terra e água se interpenetravam de maneira contínua.

Na Figura 5, foto panorâmica de Vitória, em primeiro plano vê-se o manguezal onde hoje se encontra o bairro Bento Ferreira. Ao centro vê-se as águas da baía de Vitória, a Ilha de Santa Maria (seta vermelha), e outras ilhas, que faziam parte do arquipélago da capital.

Figura 5. Vista panorâmica da baía de Vitória, 1951.

PENSAR FORA DO EIXO



Fonte: acervo Instituto Jones dos Santos Neves, foto de Bruno Mazzei.

Os manguezais são ecossistemas típicos de zonas estuarinas tropicais, associados a áreas periodicamente alagadas por rios e marés, desempenham funções ecológicas fundamentais, como a retenção de sedimentos e poluentes, a manutenção da estabilidade dos estuários, a melhoria da qualidade da água e o aporte de nutrientes, além de atuarem como filtro biológico, proteção da linha de costa e suporte à reprodução de espécies de valor econômico e extrativo (IEMA, 2023, p.40-41). O Manguezal do Rio Santa Maria da Vitória se desenvolveu ao longo da baía da Vitória, englobando os municípios de Cariacica, Vitória, Vila Velha e Serra. Trata-se de um ecossistema que possui forte relevância tanto ambiental quanto histórica:

“(...) neste Manguezal são encontrados muitos vestígios de populações indígenas pré-invasão portuguesa e de grupos paleoindígenas de quase 2 mil anos antes de Cristo. (...) Ademais, foi neste Manguezal que a colonização do território Espírito Santense teve início com a invasão realizada pelos portugueses, originando todo o processo de ocupação do Estado e consequências históricas daí originadas.” (IEMA, 2023, P.114)

PENSAR FORA DO EIXO

Essas áreas configuravam ambientes fundamentais à reprodução ecológica e à organização da paisagem, na medida em que a presença de extensas superfícies inundáveis condicionava diretamente as possibilidades de ocupação, restringindo a expansão urbana contínua e estabelecendo limites materiais à circulação e à implantação de infraestruturas. A condição insular, por sua vez, definia-se tanto pela separação física em relação ao continente, quanto pelo conjunto de relações ambientais que estruturavam a forma e o uso do território.

A Figura 6, datada de 1940, apresenta uma área estuarina marcada pela presença de manguezais extensos, entrecortados por canais sinuosos que articulam as águas interiores à baía. Em primeiro plano, à esquerda, destaca-se a Ilha da Fumaça, circundada por áreas alagáveis e vegetação típica de manguezal. Ao centro da imagem, observam-se as elevações correspondentes à Ilha de Santa Maria e à Ilha de Monte Belo, cuja ocupação se desenvolve ao longo das encostas, evidenciando a relação entre relevo e formas de assentamento. Ao fundo da paisagem, as colinas e maciços vegetados reforçam a configuração topográfica da região. A cena evidencia a coexistência entre dinâmicas naturais e ocupação urbana, configurando uma paisagem na qual terra e água se articulam de maneira contínua.

Figura 6. Paisagem da baía de Vitória, 1940



Fonte: História Capixaba, colorida artificialmente com a ferramenta Google Gemini, 2026.

2.2 Ocupação, urbanização e supressão da paisagem insular

A partir das primeiras décadas do século XX, as limitações impostas pela configuração insular passaram a ser progressivamente tensionadas por intervenções voltadas à expansão urbana. A implantação do bonde elétrico, em 1911, que direcionou o crescimento da cidade, deu origem a uma série de ocupações que margeavam a linha do bonde: “As ilhas de Santa Maria e Monte Belo, que ainda dão nome ao local, deixaram de ser ilhas para fazer parte de uma área contínua, resultante de sucessivos aterros” (Campos Jr, 2002, p. 63). Na Figura 7, nota-se no centro, a linha de bonde na via principal do bairro Jucutuquara, que terá posteriormente, o bairro Ilha de Santa Maria, como adjacente. Na fotografia, a Ilha de Santa Maria se expressa na vegetação, ao fundo, ao centro, ao final da mencionada via.

Figura 7. Linha de bonde, 1949.



Fonte: Foto adquirida de Rui de Oliveira. Vitória-ES

Os primeiros moradores da Ilha de Santa Maria chegaram em meados dos anos de 1920, quando o Serviço de Melhoramentos de Vitória já apontava o desmonte da Ilha de Santa Maria e outros pequenos morros, e com o material extraído, realizava o aterro da área:

(...) o serviço foi executado por jatos d'água. Formaram-se buracos e cavas junto ao morro, onde mais tarde, foram construídas diversas casas. O barro dali extraído serviu para aterrar, principalmente, a área próxima ao Colégio Salesiano, mas ficou muito mangue para ser aterrado, porque o serviço foi suspenso devido aos altos custos e ao solo, que já não estava mais mole. (Protti; Venturim, 1993, p.11).

PENSAR FORA DO EIXO

A Figura 8 retrata o enrocamento⁵ realizado na Baía de Vitória. Em primeiro plano, vê-se, respectivamente à direita e à esquerda, a Ilha da Fumaça e a Ilha do Urubu (fora do enrocamento). A partir do enrocamento, já é possível enxergar ao fundo um trecho significativo da Ilha de Santa Maria em avançado processo de aterramento (seta vermelha).

Figura 8. Enrocamento na Baía de Vitória, década de 1950.



Fonte: Acervo da Cultura.

Há registros de moradores da região que utilizavam esses resíduos tanto para promover o aterro dos manguezais, como para conseguir o sustento de suas famílias (Almeida; Gobbi, 1983). Em 1922, a Ilha de Santa Maria abrigava a sede da Estação Costeira Vitória-Rádio e Telégrafos e, em 1934, passou a abrigar a Estação de Serviços e Meteorologia no alto do morro, mantendo sua ligação com a Avenida Vitória por meio de um aterro ou de uma trilha destinada à passagem de pedestres, cujo acesso era complementado por um pontilhão de madeira.

No curso dessas transformações o bairro se desenvolveu, tendo a pesca artesanal como principal fonte de renda para muitas famílias, que à medida que ocuparam a costa do morro e trechos

⁵ Técnica de engenharia que consiste na disposição de blocos de rocha de grande porte, colocados de forma ordenada no pé de um aterro, com a finalidade de proteger margens, conter processos erosivos e estabilizar taludes ou linhas de costa, sendo amplamente utilizada em obras portuárias, canais e intervenções em áreas costeiras e estuarinas. Fonte: Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT). Norma DNIT 108/2009 - ES.

PENSAR FORA DO EIXO

alagados para construir suas casas, também passaram a ter como fonte de emprego empresas como a firma Antenor Guimarães e Cia. Ltda, com sede na Ilha da Fumaça; além da Companhia União Manufatora de Tecidos, em Jucutuquara. (Protti; Venturim, 1993).

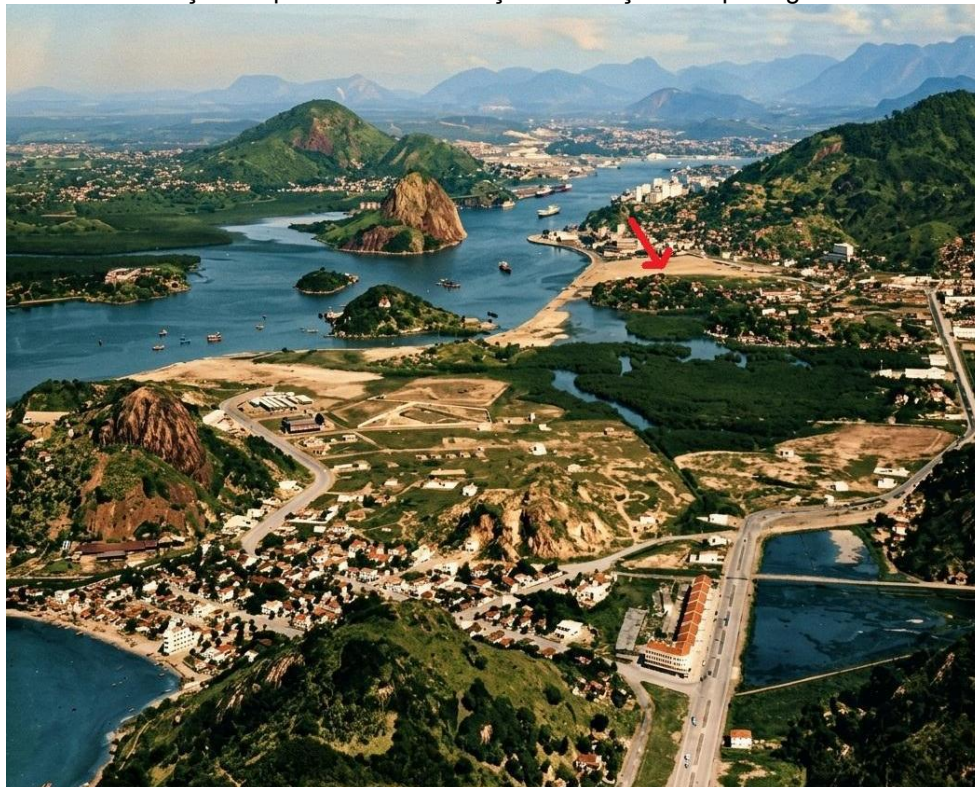
Em mensagem à Assembleia Legislativa em 1952, ao apresentar o planejamento quinquenal iniciado em 1951 para a área portuária, o governador Jones dos Santos Neves destacava a centralidade do Porto de Vitória nesse conjunto de intervenções, que incluía, entre outras ações, dragagem e derrocamento do canal de acesso, enrocamentos entre as ilhas do Sururu e do Bode e a elevação do enrocamento do Forte de São João, além de aterros e urbanização entre o Forte de São João e Bento Ferreira (Meneguel, 2015), onde se localizava a Ilha de Santa Maria. Esses registros evidenciam a articulação entre obras portuárias e transformação da linha de margem, indicando como diferentes pontos da baía foram mobilizados para viabilizar a expansão territorial da cidade.

A partir da década de 1960, a cidade passou por um novo ritmo de expansão e crescimento, impulsionado pelos grandes projetos industriais na porção continental de Vitória, como o Porto de Tubarão e a Praia Mole. Nesse processo, a abertura da nova avenida contribuiu para redefinir a configuração da Baía de Vitória, anteriormente marcada por transições imprecisas entre terra e água. Os aterros concluíram a incorporação da Ilha de Santa Maria e da Ilha de Monte Belo à Ilha de Vitória, além de suprimir grande parte dos canais naturais que permeavam o manguezal (Passos; Junior, 2014). A consolidação dessas intervenções resulta na redefinição da morfologia local, substituindo uma paisagem marcada pela presença da água por uma superfície contínua e passível de parcelamento. Esse processo implica a progressiva eliminação de áreas alagáveis, canais e reentrâncias, anteriormente constitutivas da paisagem.

A antiga condição insular deixa de ser reconhecível, dando lugar a uma nova configuração na qual a separação entre terra e água se estabelece por traçados lineares e superfícies estabilizadas, em substituição às formas naturais de transição entre ambientes aquáticos e terrestres. Na Figura 9, é possível visualizar a reconfiguração em curso, realizada por meio dos aterros construídos sobre extensos manguezais. Observa-se, ao centro, a vegetação do mangue, circundada por áreas alagáveis e atravessada por canais que se estendiam em direção ao mar. A seta vermelha indica a Ilha de Santa Maria, com a delimitação e início da construção da Avenida Marechal Mascarenhas De Moraes, a Avenida Beira-Mar, estabelecendo de modo rígido o limite das águas.

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 9. Consolidação do processo de alteração das feições da paisagem na Baía de Vitória



Fonte: Coleção governo Jones dos Santos Neves, s/d, década de 1950. Colorida artificialmente com a ferramenta Google Gemini, 2026.

A comparação entre as imagens aéreas de 1955 (Figura 10) e 1978 (Figura 11) permite observar com maior nitidez esse processo de transição:

Figura 10. Início do aterramento (1955)

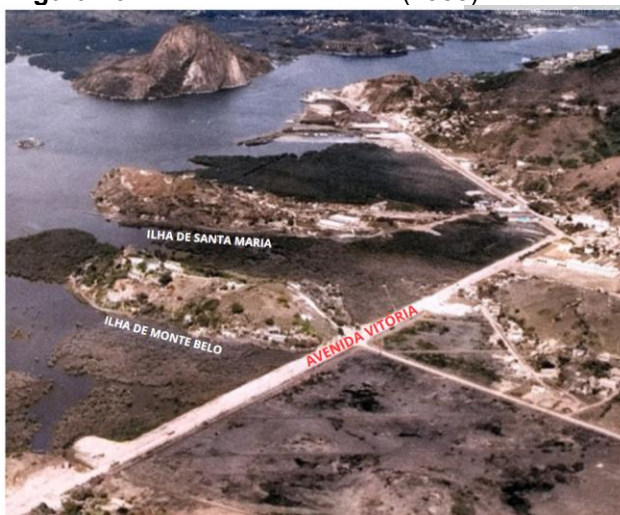


Figura 11. Consolidação do aterramento (1978)



Fonte: Acervo Instituto Jones dos Santos Neves.

PENSAR FORA DO EIXO

Na fotografia de 1955, ainda são visíveis extensas áreas de manguezal e canais que estruturavam a dinâmica estuarina, delimitando de forma difusa as áreas insulares e as superfícies alagáveis. A Ilha de Santa Maria aparece inserida nesse sistema, ainda parcialmente individualizada em relação ao conjunto da ilha principal, demonstrando uma paisagem em que a relação entre terra e água permanece ativa na configuração do território. Já na imagem de 1978, observa-se a consolidação dos aterros e a supressão significativa desses elementos. As áreas anteriormente ocupadas por manguezais e canais são substituídas por uma malha contínua, marcada pela implantação de vias e pela expansão das áreas edificáveis.

Esse processo revela a supressão progressiva da paisagem insular e a constituição de uma nova paisagem, resultante das intervenções técnicas que redefinem a relação entre água e terra. Assim, a Ilha de Santa Maria deixa de operar como unidade insular e passa a integrar o contínuo urbano de Vitória, tanto do ponto de vista morfológico quanto funcional.

2.3 Experiências e representações da paisagem

A compreensão das transformações da paisagem não se esgota na análise de suas dimensões físicas e morfológicas, sendo necessário considerar também as formas pelas quais ela é vivida, percebida e representada. Nesse sentido, a noção de paisagem proposta por Augustin Berque permite avançar nessa direção, ao compreendê-la como uma realidade relacional, constituída na interação entre sociedade e meio. A paisagem não se reduz, portanto, a um dado material ou visual, mas envolve modos de habitar, práticas cotidianas, memórias e formas de significação que se inscrevem no espaço ao longo do tempo:

A paisagem não é somente um 'dado' que será a forma objetiva do meio. Ela não é somente uma projeção que será a visão subjetiva do observador. A paisagem é um aspecto do produto fundamental que institui o sujeito enquanto tal, dentro do meio enquanto tal. (Berque, 1985, p.100)

As experiências e representações da paisagem expressam, assim, diferentes maneiras de apreender e narrar o território, revelando tanto as condições concretas de vida quanto os sentidos atribuídos ao lugar. A forma como se constitui o conjunto de sentidos e imagens de cada sociedade diz respeito à dimensão simbólica que produz efeitos materiais e objetivos na vida humana, sendo representado como o imaginário sobre o qual se constituem as representações sociais. Estendido da sociedade para os grupos, o imaginário grupal é a base para a produção das representações sociais: “é preciso entender que o imaginário não é material, não pode ser contido, mas dele se podem obter evidências, que são as produções simbólicas de um grupo” (Castoriadis, 1995, p.31).

PENSAR FORA DO EIXO

No caso da Ilha de Santa Maria, essas dimensões emergem de forma particularmente evidente em registros documentais, relatos e imagens, que explicitam as tensões entre as condições materiais de existência e as formas de apropriação e pertencimento construídas pelos moradores. As imagens registram aspectos do cotidiano e das condições de vida no bairro em diferentes momentos do processo de ocupação (Figura 12 e 13). Nelas, observa-se a presença de habitações implantadas em áreas anteriormente alagáveis, evidenciando a adaptação das formas de moradia às condições impostas pelo território transformado.

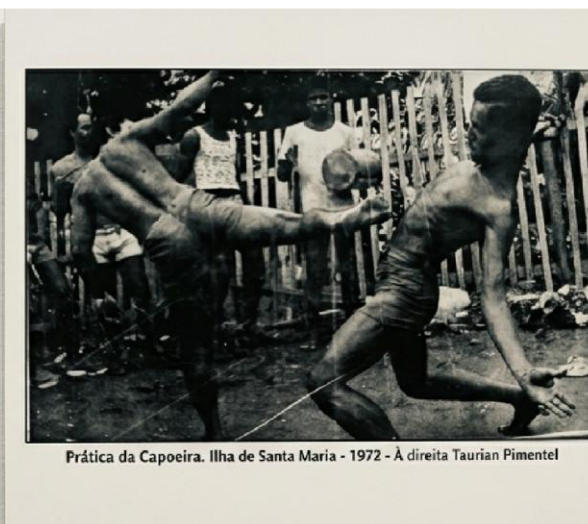
Ao mesmo tempo, as imagens registram aspectos do cotidiano da comunidade, indicando a permanência de saberes, práticas culturais e formas de sociabilidade que se constituem no interior desse processo.

Figura 12. Registro fotográfico - 1980



Fonte: Protti; Venturim, 1993, p. 43

Figura 13. Registro fotográfico - 1972



Fonte: Protti; Venturim, 1993, p. 45

As reportagens reunidas na Figura 14, por sua vez, evidenciam como a paisagem da Ilha de Santa Maria também é construída e difundida por meio de narrativas jornalísticas, da história oral e da memória de quem vivenciou diferentes fases das trajetórias da paisagem, constituindo sistemas de geração e terrenos de vida durante o percurso.

Figura 14. Reportagens Jornal A Tribuna

PENSAR FORA DO EIXO



Fonte: Jornal A Tribuna: 1999, 2007, 2007. Acervo Biblioteca IJSN.

Embora nos anos 60 e 70 o bairro já estivesse constituído, muitos problemas como alagamentos constantes, falta de saneamento básico e adiamento de obras de drenagem reafirmaram o descaso do poder público com a população. Nas reportagens, também são recorrentes as menções aos problemas de drenagem e alagamento associados ao processo de aterramento, que se estendem ao longo do tempo. As reportagens reunidas na Figuras 15 evidenciam essa persistência, ao retratar o mesmo problema, em notícias publicadas com um intervalo de 25 anos de diferença.

Figura 15. Jornal A Tribuna: Ilha de Santa Maria sofre com alagamentos 1999 x 2025



Fonte: Jornal A Tribuna, Vitória, ES, 10/02/1999, p.9, c.1-5. Acervo Biblioteca IJSN.

PENSAR FORA DO EIXO

A comparação entre as reportagens evidencia não apenas a recorrência dos problemas, mas também a permanência de determinadas representações sobre o bairro ao longo do tempo. A repetição dos temas, especialmente os alagamentos, indica a continuidade de condições estruturais, ao mesmo tempo em que reforça uma imagem pública da Ilha de Santa Maria associada à vulnerabilidade hídrica e à insuficiência de infraestrutura.

Em meio ao processo de ocupação e às dificuldades enfrentadas, constituíram-se também formas de vida marcadas pela convivência, pela organização comunitária e por redes de solidariedade entre moradores. Tem destaque a construção do Centro Comunitário do bairro Ilha de Santa Maria, em 1974 (Figura 16), que passou a desempenhar papel central na organização das demandas locais, articulando a mobilização dos moradores em torno de melhorias urbanas e condições de vida. Essas experiências, ainda que atravessadas por contradições e interesses que moldaram o surgimento do bairro, indicam que o pertencimento e as formas de relação com a paisagem não se constroem apenas em contextos ideais ou em condições ambientais preservadas.

Figura 16. Centro Comunitario da Ilha de Santa Maria - 1974



Fonte: Protti; Venturim, 1993, p. 34.

As experiências e representações da paisagem na Ilha de Santa Maria indicam que a compreensão da paisagem não se reduz às transformações físicas que nela ocorrem, envolvendo as formas pelas quais é vivida, narrada e significada pelos diferentes sujeitos que a habitam. Entre registros institucionais, narrativas jornalísticas e memórias dos moradores, constrói-se uma paisagem, que

expressa simultaneamente condições materiais, disputas, permanências e formas de apropriação e resistência.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A PAISAGEM COMO UNIDADE MÚLTIPLA ENTRE NATUREZA, SOCIEDADE E EXPERIÊNCIA

A análise das trajetórias da paisagem da Ilha de Santa Maria demonstra que a perda de sua condição insular não se configura como um evento pontual, mas como um processo histórico gradual, resultante da articulação entre dinâmicas naturais, intervenções urbanas e formas de apropriação do território. Ao longo do século XX, especialmente entre as décadas de 1950 e 1970, os aterros operaram como principal mecanismo de transformação da paisagem, promovendo a incorporação de áreas alagáveis ao tecido urbano e redefinindo a morfologia local. Consequentemente, ocorre a substituição de uma configuração marcada pela presença contínua da água por uma superfície terrestre passível de parcelamento e ocupação. A transformação da ilha em bairro integrado à cidade expressa, assim, uma mudança nas relações entre terra e água, com efeitos diretos sobre as formas de uso, circulação e ocupação do espaço.

No entanto, a compreensão dessas transformações não se esgota na análise de suas dimensões materiais. Como ressalta Berque (2011), é na paisagem que se exprime o sentido da relação entre sociedade e mundo, sendo ela elemento constitutivo das formas de habitar e da própria existência coletiva. A paisagem constitui, portanto, uma realidade múltipla e relacional, na qual se articulam, de forma indissociável, os planos da natureza, da sociedade e da experiência. A análise integrada desses planos permite compreender a transformação da Ilha de Santa Maria como um processo no qual diferentes dimensões da paisagem se interpenetram e se redefinem mutuamente. A supressão da paisagem insular decorre da convergência entre processos naturais, estratégias de urbanização e formas de percepção e representação que, em conjunto, produzem uma nova configuração territorial.

Compreender a paisagem como unidade múltipla implica reconhecer que suas transformações não são lineares, se apresentando como resultado da sobreposição de temporalidades e da interação entre diferentes agentes e processos. Nesse sentido, a trajetória da Ilha de Santa Maria evidencia como a urbanização atua na reconfiguração das relações entre terra, água e modos de habitar, produzindo uma paisagem que já não corresponde à sua condição original.

PENSAR FORA DO EIXO

Ao mesmo tempo, as experiências dos moradores, os vínculos de pertencimento, as formas de organização comunitária e os registros sobre o bairro evidenciam a paisagem como experiência vivida e campo de disputa de sentidos. Nesse percurso, a ocupação, a memória e as práticas de resistência indicam que as relações com o lugar se constituem em meio a contradições e desigualdades, e não apenas em situações de integridade ambiental ou menor intervenção antrópica. As práticas cotidianas e as formas de organização social presentes na Ilha de Santa Maria revelam dinâmicas de resistência e construção de identidade com potencial para resistir aos processos de homogeneização da paisagem e apontar para outras formas de vida possíveis.

O estudo de caso da Ilha de Santa Maria contribui, assim, para a compreensão de processos mais amplos de urbanização em áreas costeiras, nos quais a produção de terra por meio de aterros constitui uma estratégia recorrente de expansão urbana. Ao alterar profundamente as relações entre terra, água e modos de habitar, essas intervenções produzem paisagens que condensam temporalidades diversas e revelam tensões entre condições naturais, técnicas urbanas e práticas sociais. É nesse entrelaçamento que a paisagem se afirma como uma unidade múltipla, na qual natureza, sociedade e experiência não se apresentam como dimensões separadas, mas como aspectos indissociáveis de um mesmo processo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. de; GOBBI, H. **Lugar de toda pobreza**. Vitória: Deares, 1983. 92 p.

BERQUE, Augustin. **O pensamento paisagem**. São Paulo: Ed. Edusp, 2023.

_____. **A ecúmena**: medida terrestre do Homem, medida humana da Terra. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo. *Filosofia da paisagem. Uma antologia*. Lisboa, Portugal: Vniversitas, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011a, p.187-199.

_____. **Milieu, trajet de paysage et déterminisme géographique**. *L'Espace Géographique*. 9 (2): 99-104, 1985.

CAMPOS Jr., Carlos Teixeira de. **A construção da cidade**: formas de produção imobiliária em Vitória. Vitória: Floricultura, 2002.

CASAGRANDE, Braz. **Novo Arrabalde**: Conservação e ocupação urbana na concepção do projeto de expansão da cidade de Vitória. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

PENSAR FORA DO EIXO

COELHO, A. L. N. Geotecnologias aplicadas na distribuição espacial dos aterros da cidade de Vitória / ES – **Caderno de Geografia**, v.27, n.51, PP. 760 – 775, 2017.

ESPÍRITO SANTO. Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Mapeamento e análise espaço temporal dos manguezais do Espírito Santo**: comparativo entre 1970, 2007 e 2015. VERVLOET, R.H.M. (Org.). Cariacica: IEMA, 2023. Livro eletrônico (215 p.) (Série Mapeamentos CGEO, v.1). ISBN 978- 65-00-87749-6. Disponível em: <<https://iema.es.gov.br/Media/iema/CGEO/MAPEAMENTOS CGEO VOL1 MANGUEZAL 28.12.2023.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2026.

GEOBASES - SISTEMA INTEGRADO DE BASES GEOESPACIAIS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Base de Dados Geográficos**. Disponível em <<http://www.geobases.es.gov.br/portal/>>Acesso em: 2ago. 2024

LATOUR, Bruno. **Onde aterrar?** – Como se orientar politicamente no Antropoceno. Tradução Marcela Vieira. Rio de Janeiro: Bazar Tempo, 2020. 160 p.

MENEGHEL, C. R. P. **CIDADE, PORTO E PAISAGEM**: AS TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM PORTUÁRIA DE VITÓRIA. Dissertação de mestrado. UFES. Vitória - ES. 2015.

MONTEIRO, Peter Ribon. **Vitória: cidade e presépio**; os vazios visíveis da capital capixaba. São Paulo: Annablume: Fapesp; Vitória: Facitec, 2008.

NUNES, A., L. **Modelo Histórico das Alterações Fisiográficas Recentes da Baía de Vitória (ES) e Áreas Adjacentes, com o uso de Sistema de Informações Geográficas**. Tese de Monografia. Universidade Federal do Espírito Santo DERN/CCHN. Vitória, 2005.

PASSOS, Rafael de Melo; ESTEVES JUNIOR, Milton. **A construção da cidade e as águas do território**: do convívio à supressão na Grande Vitória-ES. Dissertação de mestrado. UFES. Vitória - ES. 2015.

PROTTI, D; VENTORIM, L. **Ilha de Santa Maria e Monte Belo**. Vitória, ES: Coleção Nossos Bairros. PMV, 1993.

SANTOS, Leonardo Bis dos. A modernidade chega de navio: ensaio sobre o desenvolvimento do Espírito Santo pelo viés da expansão portuária. In: RIBEIRO et all. **Modernidade e modernização no Espírito Santo**. Vitória/ES, Edufes, 2015. p. 157-178.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarro. A cidade de Vitória e o porto nos princípios modernos da urbanização no início do século XX. **Cadernos Metrópole**, v. 12, n. 24, p. 565-584.